



NÃO CAIA EM GOLPES

FALSO JUIZ – FALSO ADVOGADO

FALSO DEFENSOR PÚBLICO

FALSO PROMOTOR DE JUSTIÇA

GOLPISTAS USAM A TECNOLOGIA
PARA ENGANAR,
O SISTEMA DE JUSTIÇA USA A INFORMAÇÃO
PARA PROTEGER.

REALIZAÇÃO:



FICHA TÉCNICA

Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)

Des. José Zuquim Nogueira - Presidente
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho - Vice-presidente
Des. José Luiz Leite Lindote - Corregedor-Geral

Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM)

Dra. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli - presidente
Dr. Luiz Otávio Pereira Marques - 1º Vice-presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva - 2º Vice-presidente
Dr. Leonardo de Campos Costa e Silva Pitaluga - 1º Tesoureiro
Dra. Célia Regina Vidotti - 2º Tesoureiro
Dr. Bruno D'Oliveira Marques - 1º Secretário
Dr. Elmo Lamoia de Moraes - 2º Secretário

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT)

Dra. Gisela Alves Cardoso - Presidente
Dr. Giovane Santin - Vice-Presidente
Dr. Josemar Carmerino Dos Santos - Secretário-Geral
Dra. Aline Luciana Da Silva Velho - Secretária-Geral Adjunta
Dr. Max Magno Ferreira Mendes - Diretor Tesoureiro
Dra. Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva - Conselheira Federal
Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Conselheiro Federal
Dr. Edmar De Jesus Rodrigues - Conselheiro Federal
Dr. Eduardo Alves Marçal - Conselheiro Federal Suplente
Dra. Fernanda Brandão Cançado - Conselheira Federal Suplente
Dra. Kamila Michiko Teischmann - Conselheira Federal Suplente

Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT)

Dr. Rodrigo Fonseca - Procurador-geral de Justiça
Dr. Luiz Fernando Rossi Pipino - Promotor de Justiça e Coord. do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial
Dra. Nathalia Moreno Pereira - Promotora de Justiça e Coord. Adj. do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial
Dra. Nayara Roman Mariano - Promotora de Justiça e Coord. Adj. do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial
Patrycia Metelo Vecchiato - Auxiliar Ministerial do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT)

Dra. Maria Luziane Ribeiro de Castro - Defensora Pública-Geral
Dra. Maria Cecília Alves da Cunha - Segunda Subdefensora Pública-Geral
Dr. Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz - Secretário Executivo
Dr. Carlos Eduardo Roika Júnior - Corregedor-Geral
Dra. Karol Almeida Bento - Primeira Subcorregedora-Geral
Dr. Francisco Framarion Pinheiro Júnior - Segundo Subcorregedor-Geral
Getúlio Pedroso da Costa Ribeiro - Ouvidor-Geral
Djhuliana Mundel - Coordenadora de Jornalismo
Isabela Mercuri - Diretora de Imprensa e Comunicação Institucional – em substituição

Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT)

Coronel Cláudio Fernando Carneiro Tinoco - Comandante-geral
Coronel Grasielle - Subchefe de Estado - Maior Geral da PMMT

Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso (PJC-MT)

Dra. Daniela Silveira Maidel - Delegada-Geral
Dra. Ana Paula de Faria Campos - Delegada-Geral Adjunta

Cartilha Não Caia em Golpes

Direção Geral: Dra. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli

Organização e edição: Vinícius Bruno - jornalista.

Pesquisa documental: Jorge Amorim - jornalista.

Direção de arte: Andressa Arruda - publicitária.

Ano: 2026 - Edição digital

Essa cartilha utilizou recursos de inteligência artificial para a criação de imagens e revisão textual.

Produção: ZF Press – assessoria de imprensa da AMAM.

SUMÁRIO



Apresentação	4
Conheça o Sistema de Justiça	5
Poder Judiciário	6
Advocacia	7
Defensoria Pública	8
Ministério Público	9
Como funcionam os golpes	10
Falso juiz	12
Falso advogado	15
Falso defensor público	18
Falso promotor	20
Estelionato Digital	21
Como identificar um golpe	22
O que fazer se receber uma mensagem suspeita?	23
Canais oficiais de denúncia	27

APRESENTAÇÃO



Criminosos estão usando cada vez mais o nome, a imagem e informações de instituições e profissionais do Sistema de Justiça para enganar cidadãos.

Os criminosos podem utilizar **nomes verdadeiros de juízes, advogados, promotores, defensores públicos e servidores**, além de dados reais de processos, documentos e informações pessoais para transmitir credibilidade, com objetivo de ganhar confiança da vítima e conseguir dinheiro ou dados pessoais.

Esta cartilha apresenta os principais golpes, explica o papel de cada integrante do Sistema de Justiça e mostra como agir diante de uma abordagem suspeita.



Por iniciativa da **Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM)** em conjunto com o **Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT)** e apoio da **Ordem dos Advogados do Brasil – Secional Mato Grosso (OAB-MT)**, **Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT)**, **Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT)**, **Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso (PJC-MT)** e **Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT)**, queremos enfrentar efetivamente esses golpes que usam do Sistema de Justiça para lesar você cidadão.

CONHEÇA O SISTEMA DE JUSTIÇA



O Sistema de Justiça é formado por diversas instituições que são responsáveis por resolver conflitos, aplicar a lei, defender direitos, e intermediar resoluções de problemas que envolvem questões jurídicas.



Magistratura



Advocacia



**Ministério
Público**



**Defensoria
Pública**

PODER JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário é a instituição responsável por garantir o cumprimento das leis e da Constituição, solucionar conflitos e assegurar a proteção dos direitos das pessoas. É por meio dele que cidadãos, empresas e instituições podem buscar uma resposta da Justiça quando seus direitos são ameaçados ou violados.

No Poder Judiciário atuam **juízes, desembargadores e servidores**, que desempenham diferentes funções para garantir o funcionamento da Justiça. Juízes analisam e julgam processos em primeira instância. Já os desembargadores julgam recursos e processos nos tribunais e servidores auxiliam na realização dos atos necessários ao funcionamento da Justiça.

⚠️ **Atenção**

O Poder Judiciário não solicita pagamentos, transferências ou depósitos diretamente às partes por WhatsApp, telefone ou redes sociais. Em caso de dúvida, procure sempre os canais oficiais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

ADVOCACIA

Os advogados (as) são profissionais responsáveis por **orientar, representar e defender os direitos** dos seus clientes.

A advocacia:

- orienta o cliente;
- apresenta pedidos à Justiça;
- acompanha processos;
- apresenta recursos;
- participa de audiências;
- presta consultoria jurídica.

Importante

O (A) advogado (a) recebe honorários, que é o valor negociado com o cliente no momento da contratação.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPEMT) é a instituição responsável por garantir gratuitamente a orientação jurídica e a defesa dos direitos de quem precisa.

Toda a assistência jurídica promovida pela Defensoria Pública é integralmente gratuita, realizada por defensoras, defensores públicos e servidores da Instituição.

Lembre-se

A Defensoria nunca cobra por atendimento, peticionamento, custas processuais, honorários ou qualquer outro tipo de serviço judicial ou extrajudicial.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público é uma instituição permanente e essencial à Justiça. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 127, que cabe à Instituição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

No enfrentamento às fraudes digitais, o Ministério Público pode, conforme o caso:

- acompanhar investigações;
- requisitar diligências;
- requerer medidas cautelares;
- atuar perante o Poder Judiciário;
- promover a responsabilização dos envolvidos, quando presentes os requisitos legais;
- atuar de forma articulada com a Polícia Civil, o Poder Judiciário, a OAB, instituições financeiras e outros órgãos.



É importante saber:

O Ministério Público não substitui a Polícia Civil no registro da ocorrência e também não substitui o banco nas providências relacionadas à transferência fraudulenta. Por isso, ao identificar um golpe, a vítima deve agir imediatamente, procurando o banco e os órgãos competentes.

COMO FUNCIONAM OS GOLPES?



O criminoso entra em contato por meio de mensagem no **Whastapp ou SMS, ligação, e-mail ou redes sociais** e diz que:



existe um processo em nome da vítima;



há uma decisão judicial favorável;



a vítima tem direito a receber uma indenização;



existe um valor disponível para saque;



é necessário pagar uma taxa, custas ou imposto;



é preciso fazer um PIX para liberar um alvará;



há uma pendência que precisa ser resolvida imediatamente;



a vítima pode ser presa ou perder um direito se não fizer determinado pagamento.

COMO FUNCIONAM OS GOLPES?



Para parecer verdadeiro, o golpista pode apresentar número de processo, nomes de autoridades, fotografias, documentos, decisões judiciais ou outras informações reais.

! Mas atenção:

Ter informações verdadeiras sobre um processo não significa que o contato seja verdadeiro.

Dados públicos ou obtidos de forma ilícita podem ser utilizados pelos criminosos para construir uma fraude convincente.



O QUE É?

É o golpe em que o criminoso se apresenta como **juiz, desembargador ou servidor do Poder Judiciário** para convencer a vítima de que existe uma situação judicial que exige alguma providência.

O contato pode ocorrer por WhatsApp, ligação, SMS, e-mail ou redes sociais.

O golpista pode utilizar o nome e a fotografia de um magistrado real ou criar uma identidade falsa. Também pode apresentar documentos ou informações relacionadas a um processo verdadeiro.



COMO O GOLPE ACONTECE?

1. O criminoso faz o primeiro contato

Envia uma mensagem ou realiza uma ligação se identificando como juiz, desembargador ou servidor. Há casos em que são simuladas audiências falsas com a presença de criminosos se passando por juiz.

2. Apresenta informações verdadeiras

Mostra número de processo, nomes das partes ou documentos para transmitir credibilidade.

3. Cria uma situação de urgência

Pode falar em prisão, perda de prazo, bloqueio de valores ou perda de algum direito.

4. Faz uma cobrança

Solicita PIX, transferência bancária ou outro pagamento para supostamente resolver a situação.

5. Pressiona a vítima

Tenta impedir que ela tenha tempo para confirmar a informação.

Alerta

Pressa + ameaça + pedido de dinheiro = DESCONFIE.



Juiz não entra em contato com as partes de um processo para pedir pagamentos.

Como agir?

- X** Não faça nenhum pagamento.
- X** Não clique em links enviados pelo suspeito.
- X** Não forneça senhas ou dados bancários.
- X** Não compartilhe documentos pessoais.
- X** Não compartilhe a tela do celular ou computador.
- ✓ Confirme a informação por um canal oficial do Tribunal de Justiça.
- ✓ Se tiver advogado (a), entre em contato diretamente com ele (a), ou se for representando por defensor (a) público (a) entre em contato diretamente com a Defensoria Pública do Estado.

FALSO ADVOGADO



O QUE É?

É o golpe em que criminosos se passam por advogados para entrar em contato com pessoas que possuem processos judiciais.

O criminoso pode criar um perfil falso, utilizar a fotografia de um advogado verdadeiro ou até mesmo clonar o WhatsApp do profissional.

A OAB-MT alerta que os golpistas podem utilizar **dados reais do processo, como petições e sentenças**, para tornar a abordagem mais convincente.



COMO O GOLPE ACONTECE?

O criminoso pode:

- criar um perfil falso nas redes sociais;
- utilizar um número de telefone diferente do advogado;
- clonar ou assumir a conta de WhatsApp do profissional;
- enviar boletos adulterados;
- apresentar propostas falsas de acordo;
- informar que houve uma decisão favorável;
- dizer que existe um alvará ou indenização disponível;
- pedir PIX ou transferência para liberar o dinheiro.



Atenção

Honorários advocatícios são os valores pagos ao advogado pelos serviços profissionais prestados, sendo uma cobrança legítima quando realizada pelo advogado que efetivamente representa ou presta serviços ao cliente, conforme as condições previamente estabelecidas entre as partes.

FALSO ADVOGADO



ANTES DE PAGAR:



Ligue para seu advogado por um canal que você já conhece.

Não utilize o número enviado na mensagem suspeita.



O QUE É?



Criminosos têm se passado por representantes da Defensoria Pública para aplicar golpes na população. As modalidades mais comuns envolvem a falsa cobrança, o falso êxito processual e o falso advogado.

Os golpistas entram em contato com as vítimas por telefone ou aplicativos de mensagem, citando números de processos reais, compartilham documentos oficiais do processo ou citam dados pessoais da vítima para criar confiança.

Eles afirmam que a pessoa tem direito a receber uma indenização (por danos morais, por exemplo), mas exigem o pagamento de uma taxa antecipada para liberar o dinheiro.

COMO O GOLPE ACONTECE?

O criminoso pode:

- informar que a vítima ganhou uma ação;
- dizer que existe uma indenização a receber;
- utilizar dados reais de um processo;
- apresentar documentos aparentemente oficiais;
- pedir pagamento de uma suposta taxa;
- solicitar PIX ou transferência para liberar valores.

Atenção

Nunca compartilhe dados pessoais, bancários, compartilhamento de tela de telefone ou abra a sua câmera de celular e nem faça transferências, antes de confirmar que se trata de um atendimento realizado por número de telefone oficial da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

FALSO PROMOTOR OU FALSO SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



O QUE É?

É a utilização indevida do nome ou da identidade de **promotores de Justiça, procuradores ou servidores do Ministério Público** para convencer a vítima a entregar dinheiro ou informações.

O criminoso pode alegar que:

- existe uma investigação;
- a vítima está envolvida em um processo ou procedimento;
- existe uma ordem judicial;
- será aplicada alguma medida contra ela;
- é necessário pagar determinado valor para resolver a situação.

! Cuidado

O criminoso pode usar nome, cargo, fotografia, logotipo e documentos verdadeiros para criar uma aparência de legitimidade.

Membros do Ministério Público não entram em contato com as partes do processo para pedido de Pix ou qualquer tipo de confirmação de informação ou pagamento.

O Ministério Público trabalha para garantir que a lei seja respeitada e para proteger os direitos da sociedade e das pessoas.

COMO FUNCIONA?

O estelionato ocorre quando alguém obtém vantagem ilícita, em prejuízo de outra pessoa, mediante fraude, induzindo ou mantendo a vítima em erro.

Quando a fraude é praticada por meio de recursos tecnológicos, como aplicativos de mensagens, redes sociais, e-mails, sites falsos ou outros meios eletrônicos, pode caracterizar-se a chamada fraude eletrônica, prevista no art. 171, § 2º-A, do Código Penal.

Nessa hipótese, a legislação prevê pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa, sem prejuízo da análise de outras infrações penais que possam estar presentes no caso concreto.

O criminoso não precisa necessariamente criar uma história completamente falsa, ao contrário, uma das características mais sofisticadas dos golpes atuais é a utilização de informações verdadeiras para construir uma mentira convincente.

COMO IDENTIFICAR UM GOLPE



Desconfie quando houver:

Pedido inesperado de dinheiro

PIX, transferência, boleto ou depósito para liberar valores, processos ou documentos.

Pressão para decidir rapidamente

"É para hoje"

"Se não pagar agora, perderá o direito"

"Você será preso"

Número desconhecido

Principalmente quando a pessoa afirma ser alguém com quem você já possui contato.

Dados verdadeiros demais

O criminoso conhece seu nome, CPF, número do processo ou nome do advogado.

Isso não garante que o contato seja verdadeiro.

Documentos aparentemente oficiais

Documentos podem ser falsificados ou utilizados fora do contexto.

Promessa de dinheiro fácil ou imediato

"Seu processo foi ganho"

"Você tem uma indenização para receber"

"Seu alvará está liberado"

O QUE FAZER SE RECEBER UMA MENSAGEM SUSPEITA?



PARE

Não responda imediatamente.

NÃO PAGUE

Não faça PIX, transferência ou qualquer pagamento.

NÃO COMPARTILHE

Proteja documentos, senhas, códigos de autenticação e dados bancários.

CONFIRME

Procure diretamente a instituição ou o profissional por um canal oficial e conhecido.

REGISTRE

Faça prints das mensagens, números de telefone, perfis, links, comprovantes e documentos enviados.

DENUNCIE

Registre a ocorrência e comunique a instituição envolvida.

E SE EU JÁ FIZ O PAGAMENTO?



Se você percebeu que realizou um PIX ou uma transferência em razão de um golpe, tome providências imediatamente:

1. Entre em contato com o banco.

Informe que a transferência foi realizada em decorrência de fraude e solicite as providências disponíveis para contestar a operação e tentar recuperar os valores.

2. Registre a ocorrência.

Procure a Polícia Civil e informe todos os detalhes do golpe.

3. Guarde todas as informações.

Preserve as conversas, documentos, comprovantes de pagamento, números de telefone, links, chave PIX e dados da conta que recebeu o dinheiro.

4. Avise o advogado verdadeiro

Se o golpe estiver relacionado a um processo judicial, comunique imediatamente o advogado ou escritório responsável pelo caso. Quanto mais rápido a fraude for comunicada, maiores são as possibilidades de adoção das providências cabíveis.

POR QUE É IMPORTANTE PRESERVAR AS PROVAS?



As informações utilizadas durante o golpe podem **ajudar a identificar os responsáveis** e esclarecer como a fraude aconteceu.

Por isso, **não apague as mensagens e preserve**, sempre que possível:

- conversas e áudios;
- número de telefone e perfil utilizado;
- e-mails e links;
- documentos recebidos;
- comprovantes de PIX ou transferência;
- chave PIX;
- dados da conta que recebeu o dinheiro;
- datas e horários dos contatos.



Atenção

**NÃO APAGUE AS PROVAS DEPOIS DE
DESCOBRIR O GOLPE!**

UMA REGRA SIMPLES PARA NÃO CAIR EM GOLPES



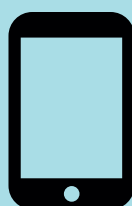
**NENHUMA AUTORIDADE
MERECE SUA CONFIANÇA
APENAS PORQUE
APARECEU NA TELA
DO CELULAR.**

Nome, fotografia, logotipo, documento e número de processo podem ser utilizados por criminosos.

Antes de qualquer pagamento:



PARE.



CONFIRME.



DENUNCIE.

Na dúvida, procure a instituição diretamente pelos canais oficiais.

CANAIS OFICIAIS DE DENÚNCIA



Tribunal de Justiça de Mato Grosso – TJMT

Para confirmar informações relacionadas ao Poder Judiciário, processos e contatos institucionais, utilize os canais oficiais do TJMT.

O Tribunal mantém um portal que reúne telefones, e-mails, WhatsApp das unidades, Balcão Virtual e demais canais de atendimento.

Telefone: (65) 3617-3000

Segunda a Sexta-feira

12h às 19h (Horário de Mato Grosso)

Site: <https://www.tjmt.jus.br/>

<https://canaispermanentesdeacesso.tjmt.jus.br/>

OAB-MT

Para confirmar a identidade de um advogado ou comunicar tentativa de golpe envolvendo a advocacia:

E-mail: denunciagolpes@oabmt.org.br

Telefone: (65) 3613-0900

Site: <https://www.oabmt.org.br/>

A OAB-MT orienta que as vítimas registrem Boletim de Ocorrência e encaminhem o documento para a instituição pelo seguinte e-mail: denunciagolpes@oabmt.org.br

CANAIS OFICIAIS DE DENÚNCIA



Defensoria Pública de Mato Grosso – DPEMT

WhatsApp oficial: (65) 99963-4454

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h. A DPEMT também disponibiliza atendimento presencial nos Núcleos e informações pelo site oficial.

<https://www.defensoria.mt.def.br/dpmt/portal/>

Ministério Público de Mato Grosso – MPMT

Promotoria virtual: <https://promotoriavirtual.mpmt.mp.br/portal>

Ouvidoria: 127

E-mail: ouvidoria@mpmt.mp.br

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o Ministério Público.

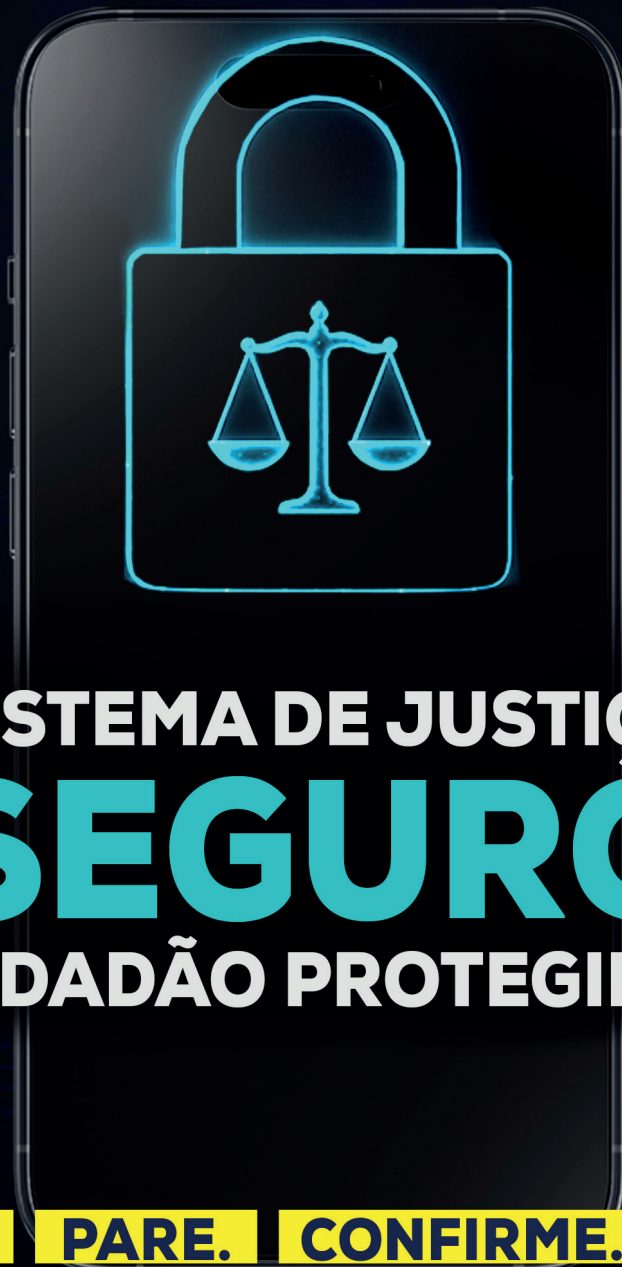
Polícia

Se você foi vítima ou identificou uma tentativa de golpe:

Registre um Boletim de Ocorrência. Em Mato Grosso é possível fazer o registro pela Delegacia Virtual.

<https://delegaciadigital.pjc.mt.gov.br/>

Em situações de emergência: 190.



SISTEMA DE JUSTIÇA
SEGURO
CIDADÃO PROTEGIDO

DESCONFIE. PARE. CONFIRME. DENUNCIE.

INFORMAÇÃO É **PROTEÇÃO**

REALIZAÇÃO:



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



AMAM
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE
DE MAGISTRADOS

APOIO:



MATO GROSSO



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO



**POLÍCIA
MILITAR**
DE MATO GROSSO